



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680256 - SP (2021/0219733-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DANIEL DURVAULT ROITBERG - RJ168348
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ISAQUE APARECIDO DE SOUSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ISAQUE APARECIDO DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1502603-40.2019.8.26.0540).

O paciente foi condenado às penas de 2 anos de reclusão em regime inicial fechado e de 5 dias-multa, pela prática do delito previsto no art. 157, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal.

A impetrante sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, aduzindo que a acusação não teria demonstrado, sem dúvida razoável, a intenção do paciente em praticar o roubo. Afirma que as provas são insuficientes para a condenação, razão pela qual o paciente deve ser absolvido, com fundamento no art. 386, VII, do CPP, e em observância ao princípio *in dubio pro reo*.

Aponta ilegalidade na dosimetria da pena, no que se refere à fração aplicada em função da tentativa, e na imposição do regime fechado, já que todas as circunstâncias judiciais foram consideradas favoráveis.

Requer, liminarmente, seja assegurado ao paciente o direito de aguardar o julgamento do *writ* em liberdade ou em regime inicial aberto. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o paciente seja absolvido. Subsidiariamente, pleiteia o reconhecimento da tentativa em seu grau máximo de redução, com a fixação do regime inicial aberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade

que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente